

Resenha

Batalhas Morais Política identitária na esfera técnico-mediatizadora

MISKOLCI, Richard. Batalhas Morais Política identitária na esfera técnico-mediatizadora. São Paulo: Autêntica, 2021.

Moral Battles Identity politics in the technical-mediatizing sphere

MISKOLCI, Richard. Batalhas Morais Política identitária na esfera técnico-mediatizadora. São Paulo: Autêntica, 2021.


Alberto Luís Araújo Silva Filho

Universidade de Brasília (UnB)

Doutorando em Sociologia (UnB)

E-mail: albertosilvaterra@hotmail.com





“Batalhas Morais Política identitária na esfera pública técnico-mediatizadora” é produto da tese de livre-docência do professor Richard Miskolci, defendida na Universidade Federal de São Paulo e agora publicada em formato de livro pela Editora Autêntica. Na obra, o sociólogo centra sua análise na reconfiguração atravessada pela esfera pública brasileira na década de 2010 que acabou por produzir dois efeitos centrais: em primeiro lugar, a conquista de espaço político pela extrema-direita, que encontrou na arquitetura das redes sociais um terreno fértil para a difusão de seu ideário retro alimentador de retórica contrária aos direitos civis, sexuais e reprodutivos; e em segundo lugar, o alcance de protagonismo das demandas por justiça social – notadamente das pautas raciais, de gênero e sexualidade –, ainda que em chave identitária e essencializante, engolfadas na lógica personalista dos likes e compartilhamentos.

Ambos os processos, advindos dos campos conservador e progressista, resultaram, na visão de Miskolci, em um “clima de opinião” contrário à universidade, à ciência e aos intelectuais, instituições e sujeitos de intermediação que tem como missão o alcance da verdade, ainda que essa contrarie crenças e valores arraigados. Ademais, nos dois, os aspectos coletivos das questões sociais são rebaixados em detrimento de reivindicações pessoais, o que faz com que o papel do Estado, do Direito, das políticas públicas

e da saúde pública sejam ignorados, dando precedência à disputa da moralidade e dos costumes e fornecendo a impressão de que, no limite, as escolhas individuais são mais importantes do que decisões tomadas comunitariamente. Logo, criou-se campo ideal para sucessivas vitórias dos adversários do igualitarismo, já que esses se sobressaem em relação às esquerdas quando o foco da discussão é a “moral”, à medida em que apenas reiteram o senso comum.

Para discorrer sobre os seus argumentos, Miskolci contextualiza a emergência do impulso anti institucional e anti partidário que tem dado a tônica do debate público brasileiro, notadamente na web. Seu ponto de inflexão teria sido as Jornadas de Junho no ano de 2013, quando, além de plataformas privadas como o Facebook e o Twitter terem ganho importância em termos de mobilização, houve uma *démarche* da rejeição à política e aos políticos no país. As Jornadas possuíam repertórios de ação inspirados em movimentos ocorridos no exterior como o *Occupy Wall Street* e a Primavera Árabe.

Entretanto, tinham como diferencial a ausência de pauta e liderança claras, o que se assemelha a outras mobilizações difusas ocorridas na história, mas que nessa conjuntura desembocaram no surgimento de movimentos anti políticos à direita e à esquerda, cujo foco da ação passou a se dar nas redes sociais, marcadas, conforme o autor, pelo domínio

dos algoritmos, a comunicação direta através de alguns caracteres, a ausência de hierarquias, desconsiderando o grau de especialidade dos interlocutores em determinados assuntos; e a cultura digital na qual os usuários buscam se tornar “celebridades” (daí a centralidade do termo “protagonismo” na contemporaneidade), mesmo ao custo da credibilidade daquilo que é publicado.

Esses aspectos formam o que Miskolci nomeia de “esfera pública técnico-midiatizada”, constitutiva da nova fase da internet. Antes dos oligopólios como Google e Facebook dominarem esse campo, a comunicação on-line se dava de formas diferentes a depender do contexto virtual na qual o “internauta” estava inserido. Ou seja, perfis distintos para plataformas distintas. Atualmente, um mesmo perfil permite que o usuário se comunique em todos os espaços da mesma forma, colapsando as fronteiras que antes a web replicava do mundo externo. Nessa configuração, os desentendimentos e conflitos são facilitados, bem como o fornecimento de dados para empresas privadas que conseguem assim traçar um perfil alinhado ao consumo visual e material dos seus usuários. O autor ressalta que esse modelo de mercado digital fundamentado na popularidade midiática é uma importação da cultura norte-americana, em particular dos empreendedores do Vale do Silício. Com ele, a experiência de usufruto das mídias se individualiza

ao máximo: dos encontros coletivos nos cinemas, passando pelos encontros familiares em frente à TV, teríamos chegado à conexão direta e altamente personalizada proporcionada pela conexão de internet nos smartphones, fato comercialmente estratégico.

Nesse universo são travadas as chamadas “batalhas morais” em torno de polêmicas como a legalização do aborto, a igualdade de prerrogativas legais entre héteros e homossexuais ou a educação sexual nas escolas. Em meio a essas disputas, líderes de extrema-direita se portam como empreendedores morais responsáveis por difundir o pânico em torno da chamada “ideologia de gênero”, produção discursiva que remonta a reação da Igreja Católica ao avanço do conceito de “gênero” nas conferências internacionais durante a década de 1990. Esse pânico é propagado com base na noção de que mulheres feministas e pessoas LGBTQs representam uma ameaça à “família tradicional” conforme reivindicam os seus direitos. Para Miskolci, frente a todo esse temor é necessário questionar quem são aqueles que saem ganhando. No caso brasileiro, é visível o quanto o “pânico moral” ajudou a eleger ao posto de Presidente da República o ex-deputado Jair Bolsonaro em 2018. Afinal, o “fantasma” da “ideologia de gênero” aparecera não apenas em sua campanha mas também no seu discurso de posse.

Logo, a esfera pública técnico-midiatizada tem sido um espaço de trunfos para os conservadores.

Do outro lado do espectro, tem-se os defensores da importância das agendas repudiadas pela extrema-direita, mas que no âmbito da esfera pública técnico-midiatizada tem atuado igualmente alinhados a preceitos neoliberais e autoritários. O sociólogo argumenta, de forma controversa, que assim como seus oponentes, os progressistas identitários repudiam o conhecimento científico e o papel dos pesquisadores, concedendo mais importância para a associação entre identidade, experiência e conhecimento e reiterando identidades essencializadas como forma de promoção da luta política. Atuando sob esse prisma valeria, portanto, desqualificar oponentes intelectuais com base em seu fenótipo, pertencimento geográfico ou suposta “identidade de gênero” (“branco”, “cis”, “sulista”, “sudestino”), mesmo que esses tenham histórico de pesquisas ou atuação em movimento social sobre determinado tema. Esse comportamento teria transbordado as redes sociais e se mostrado de modo presente também no universo acadêmico, atingido sobremaneira os estudos sobre gênero e sexualidade e tendo como consequência a censura de temas, obras, autores e opiniões dentro e fora das salas de

1 Richard Miskolci discorda da possibilidade de existência de uma “identidade de gênero”, na medida em que “gênero” é algo recursivamente imposto, não permitindo processos de identificação.

aula. Para Miskolci, para além da disputa equivocada por “justiça social”, esse tipo de atitude no ambiente universitário visaria criar uma reserva de mercado em alguns nichos de análise e estudo.

Miskolci equívale os “identitarismos” com os conservadorismos, quando os efeitos que ambos possuem na conjuntura brasileira em termos de ganhos políticos são distintos. Conforme ele, ao invés de apostar no diálogo e no convencimento, os ativismos identitários estariam focando na imposição vocabular e comportamental e no “linchamento moral” daqueles que discordam de suas posições. Seguindo na linha algoz-vítima e incorporando uma superioridade moral absolutista, os novos ativistas progressistas teriam ajudado a aumentar a rejeição social às pautas de gênero, sexualidade e raça e fomentaram o crescimento dos adversários da democracia e da ciência no Brasil.

O empreendedorismo de si e a consolidação de identidades vitimadas, instrumentos neoliberais alastrados pelas redes, terminariam por compor esse perfil de uma luta essencializada por reconhecimento. Essa agenda individualista, que transfere problemas sociais e estruturais para a responsabilidade dos sujeitos, teria originado um vocabulário identitário. Deste, o autor elege três noções consideradas basilares linguístico a fim de problematizá-las: “local de fala”, “experiência” e “cisgeneridade”.

Segundo o autor, “local de fala” não significa autoridade para argumentar sobre um determinado assunto. Essa autoridade decorre do estudo e da pesquisa dedicados, por vezes anos a fio, em torno dos fenômenos sociais, não importando se o investigador é branco, negro, homem, mulher, hétero ou homossexual. “Cisgeneridade” seria, em seu lugar, um conceito sem bases empíricas, tendo em vista que, além de realçar o essencialismo identitário opondo pessoas cis e trans, infere uma concordância do sujeito com o seu gênero que na prática não pode ocorrer haja vista que a generificação ocorre através de uma imposição com a qual nos mostramos discordantes em diferentes momentos ao não se adequar ao que se espera de um “homem” ou uma “mulher”. A “experiência”, por fim, é aquilo que constitui o sujeito, não sendo esse responsável por constitui-la do ponto de vista sociológico. Assim, tal categoria não pode ser tomada como posse de alguém para dominar a fala e a verdade em determinado campo.

Importa dizer nessa breve resenha que Richard Miskolci é há décadas estudioso das relações de gênero e sexualidade, o que lhe dá olhar acurado acerca das estruturações mais recentes da universidade e do campo político frente a essas temáticas. O autor, inserido na área da Sociologia, tem, em sua tese, o intuito de problematizar consensos e noções que parecem irretocáveis nos estudos de gênero e sexualidade

e nos movimentos sociais. Ao polemizar o foco moderno no indivíduo, Miskolci não quer fazer significar que as vivências dos sujeitos quando o assunto é gênero, sexualidade e raça devam ser relegadas a um segundo plano, em uma pretensa restauração positivista. Inspirado em Joan Scott, afirma que as experiências enquanto tais devem ser vistas como ponto de partida e não de chegada da reflexão sociológica. Não são elas que proveem titularidade moral e científica e tampouco consciência política para fazer frente às estruturas de dominação. Nesse sentido, o intelectual tem sim – e Miskolci aqui recorre à Gayatri Spivak – um papel que é de representação dos que sofrem as opressões, para além da função de produtor de conhecimento sobre suas realidades.

Miskolci aponta que ao invés de essencializar é necessário desconstruir identidades, algo que está suposto como potencialidade do conceito de “gênero”. O erro dos ativismos identitários tem sido reificar as nomeações atribuídas pelos dominantes, solidificando as dicotomias entre opressores e oprimidos e abandonando a possibilidade de construir alianças políticas com fins de libertação. Com isso, mais uma vez realça a importância dos saberes históricos e sociológicos no objetivo de desvelar as origens e as formas de desenvolvimento de categorias que conceitos como parte inerente da realidade social.

Contudo, é necessário ressaltar que ao tratar das noções de “cisgeneridade” e “local de fala”, que tem circulado principalmente entre ativistas feministas, negros e LGBTQIA+, o autor esquece de notar a sua importância para além da reflexão teórica. A oposição cis trans bem como a importância da identidade daquele que enuncia os discursos surgem como forma de nomeação para o incômodo dos que foram historicamente marginalizados e que vem sofrendo todas as consequências dos processos de generificação e racialização. Pois esses e outros conceitos que emergem na esfera pública técnico-midiatizada são politicamente estratégicos ainda que possam recair na produção de novas ontologias fixas. Resta questionar então se esse essencialismo estratégico continuará sendo a melhor maneira de disputar com os professores do negacionismo.

REFERÊNCIAS:

MISKOLCI, Richard. *Batalhas Morais Política identitária na esfera técnico-mediatizadora*. São Paulo: Autêntica, 2021.